


**OLHARES SOBRE A PRÉ-ESCOLA: POR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE RESPEITE O TEMPO E O ESPAÇO DA CRIANÇA**

**PERSPECTIVES ON PRESCHOOL: TOWARD PEDAGOGICAL PRACTICES THAT RESPECT CHILDREN'S TIME AND SPACE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.047-002>

**Biatriz Portella Rodrigues**

Graduada em Pedagogia  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
E-mail: biaportrodri@gmail.com

**Eliane Dominico**

Doutora em Educação  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
E-mail: nane\_dominico@hotmail.com

**Angela Terezinha Oliveira Brancher**

Mestre em Educação  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
E-mail: angeela.oliveira@hotmail.com

**RESUMO**

Este estudo de caráter qualitativo, objetiva analisar como ocorre as práticas pedagógicas com crianças de faixa etária de 5 anos, em uma turma do Infantil V inserida em uma Escola Municipal da cidade de Guarapuava, no Paraná. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica com base nos autores que estudam e discutem a infância e a Educação Infantil, seguida de uma pesquisa de campo por meio de observações e registro fotográfico das práticas pedagógicas realizadas. Os resultados apontam a necessidade de propor práticas educativas a partir de elementos da cultura infantil e daquilo que realmente faz sentido para as crianças.

**Palavras-chave:** Criança; Espaço; Infância.

**ABSTRACT**

This qualitative study aims to analyze how pedagogical practices occur with five-year-old children in an Infantil V class in a Municipal School in the city of Guarapuava, Paraná, Brazil. To this end, a bibliographic study was conducted based on authors who examine and discuss childhood and Early Childhood Education, followed by field research through observations and photographic records of the pedagogical practices

carried out. The results point to the need to propose educational practices grounded in elements of children's culture and in what truly makes sense to them.

**Keywords:** Child; Space; Childhood.

## 1 INTRODUÇÃO

No âmbito da Educação Infantil, as práticas pedagógicas são de grande relevância no processo de cuidar e educar. Elas se referem às ações e as atividades realizadas pelo professor, cujo objetivo é promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos motor, cognitivo, social, emocional. Trata-se de uma dinâmica centrada na promoção da criança como o sujeito ativo e partícipe do processo educativo. Diversos estudiosos como Barbosa e Flores (2020), Horn e Silveira (2021) Martins Filho (2024), Oliveira (2023), têm se debruçado em discutir as práticas pedagógicas com vistas aprimorar o fazer docente e encaminhar o cotidiano educativo numa perspectiva que prime pela participação ativa da criança e sua autonomia.

O interesse pela temática é proveniente de experiências vivenciadas no magistério momento no qual houve a compreensão de que a educação das crianças necessita de práticas pedagógicas atentas às necessidades, mas também às particularidades e interesses das crianças. Ademais, considerando o que estabelece a Lei nº 12.796/2013 (Brasil, 1996), que torna obrigatória a matrícula na Educação Infantil e define orientações sobre a organização do trabalho pedagógico nessa etapa, a pesquisa tem como problemática a seguinte questão: Como são efetivadas as práticas pedagógicas com as crianças de cinco anos nas escolas municipais? Dessa questão, discorre o objetivo geral, que busca analisar como são efetivadas as práticas pedagógicas com as crianças.

## 2 METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa de cunho qualitativo foi realizada mediante revisão bibliográfica, seguida de pesquisa de campo efetuada em uma Escola Municipal da cidade de Guarapuava a qual oferta Educação Infantil e também Ensino Fundamental. O estudo foi realizado com crianças que fazem parte do Infantil V pertencentes à faixa etária de cinco anos. As observações e registros fotográficos aconteceram no segundo semestre do ano de 2025 e foram registradas para análise em diário de campo.

A relevância deste estudo assenta-se no reconhecimento da necessidade do estabelecimento de práticas pedagógicas que respeitem as crianças em suas especificidades e promovam suas potencialidades defendendo o direito da criança a uma Educação Infantil pública e de qualidade com a atuação de docentes preparados para exercer tal função. E ainda, reconhecermos a função social da Educação Infantil como um espaço de troca de experiências e conhecimento, cuja perspectiva demanda olharmos, ouvirmos e

sentirmos as crianças sendo crianças.

Didaticamente, esse texto está organizado em três seções sendo elas: a primeira que destacamos sobre a função e a importância da Educação Infantil. Seguido, refletimos sobre a valorização da criança e do seu processo educativo por meio das práticas pedagógicas. Na sequência, contextualizamos a pesquisa de campo e apresentamos as discussões sobre a mesma. Arrematamos salientando a importância de inserir práticas pedagógicas que valorizem o sujeito infantil por inteiro.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante muitos anos a Educação Infantil foi considerada sem importância não tendo seu devido valor, sendo visto apenas como um local de tutela para que as mães deixassem as crianças durante o cumprimento de sua carga horária de trabalho. (autor, ano).

O avanço importante da legislação, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996), somada à emergência dos estudos da Sociologia da Infância propondo um redirecionamento no olhar dos adultos com relação às crianças e, por conseguinte, à educação delas. Para além do cuidar, voltou-se a atenção para a dimensão educativa de modo a promover uma ação educativa que contemple a construção do sujeito infantil em suas múltiplas dimensões.

Nessa perspectiva de reconhecimento como um espaço-tempo de trocas de experiências num viés formativo e humanizador, a Educação Infantil passa a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009) reforçam que a Educação Infantil é um direito de todas as crianças e um dever do Estado e da família.

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança conforme exposto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017). Segundo esse documento, a Educação Infantil pauta-se no desenvolvimento de práticas pedagógicas com vistas a garantir que as crianças se desenvolvam de modo pleno considerando suas capacidades físicas, emocionais, sociais, cognitivas e culturais das crianças de forma integrada. O desenvolvimento integral implica em reconhecer a criança como um ser vivaz, em constante interação com o meio que vive. O brincar, a arte, a música, a leitura, a exploração da natureza e o convívio com a diversidade são experiências que ampliam horizontes e fortalecem a formação da criança. Fazendo a infância ser vista não como um tempo de espera que antecede a vida adulta mas sim como um espaço de aprendizagens múltiplas e significativas.

Para além do cuidar e do educar, estudos e pesquisas recentes apontam a importância da Educação Infantil na dimensão social da formação da criança. A função social da Educação Infantil pode ser

compreendida em três eixos fundamentais, sendo eles, a garantia de direitos que assegurem o acesso a uma educação de qualidade, a promoção do desenvolvimento integral e a formação para a vida em sociedade, garantindo assim uma participação ativa na comunidade em seu tempo presente da infância.

Dominico (2020) nos mostra que a Educação Infantil não é somente um espaço de cuidado, mas um território de formação integral, no qual a criança é vista como um sujeito histórico e de direitos, como um ser participante e ativo que constrói sua identidade a partir de suas vivências, em parceria com a família, professores e outras crianças. Esse entendimento reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso às instituições, priorizando a qualidade do atendimento ofertado às crianças.

Ao pensarmos a função social da Educação Infantil, é necessário reconhecer dois pontos basilares: em um primeiro momento devemos perceber a criança com um ser único e exclusivo, respeitando seu ritmo, o seu interesse e a sua individualidade. Seguido, vislumbrar a construção de um ambiente rico em experiências significativas. Quando falamos de educação de qualidade, falamos também em garantir espaços e rotinas que respeitem as crianças e as reconheçam como um sujeito ativo e curioso em conhecer o mundo à sua volta. Nessa esteira de pensamento, a Educação Infantil também aborda a questão da equidade, no sentido de promover oportunidades iguais e reais de desenvolvimento e aprendizagem respeitando as especificidades infantis, seus jeitos de ser, de aprender e se expressar.

A sociologia da infância, teoria que estuda a criança pelo viés social, advoga em favor de uma visão mais ampla e dinâmica da infância, onde elas são vistas como agentes sociais que têm o direito de participar da construção social e de influenciar as decisões que afetam sua vida. Assim, a sociologia da infância, sendo um campo interdisciplinar que propõe uma nova maneira de olhar a infância, rompe com a visão de receptores passivos de educação ou cuidados, considerando-as como sujeitos ativos na construção de suas experiências e conhecimentos. A sociologia da infância também analisa como a sociedade constrói e define a infância. Essa abordagem diverge da visão tradicional, que, de modo geral, restringe a criança a um objeto da socialização e da educação. A sociologia da infância busca compreender as experiências e vivências das crianças em diferentes contextos sociais, reconhecendo-as como sujeitos de direitos produtoras de cultura. A partir dessa linha teórica, podemos compreender de modo mais amplo a importância da Educação Infantil na vida das crianças.

A partir dessa perspectiva, a Educação Infantil passa a adquirir um novo sentido: na visão sociológica da infância desempenha um papel vital ao possibilitar o acesso das crianças a conhecimentos e experiências que colaboram com o desenvolvimento de suas potencialidades. Consiste, ainda, em um tempo-espaço onde a criança vivencia e expressa suas culturas próprias e se relaciona entre pares. As atribuições da Educação Infantil compreendem além do aprendizado cognitivo, as ações correspondentes às relações sociais da criança e seus modos de vida na sociedade.

A Educação Infantil, ao considerar a construção social da infância, além de ser um direito da

criança, configura-se também uma ferramenta de luta pela justiça social em favor da criança. Ao valorizar a criança como sujeito histórico, social e cultural, a Educação Infantil auxilia na formação de cidadãos mais críticos, conscientes de seus direitos e deveres. Nessa linha argumentativa, essa etapa não se estabelece como um reflexo das necessidades da criança, mas se emerge como um campo de disputa política sobre a constituição do sujeito infantil, seus modos de ser, de agir, de se expressar e pensar o mundo.

A importância da Educação Infantil, na perspectiva da Sociologia da Infância, se estende para além da formação educacional. Perpassa pela garantia do direito infantil de participação social, sendo ao mesmo tempo, um campo de luta por igualdade e respeito à diversidade. A Educação Infantil revela-se um contexto concreto e uma base conceitual e prática mediante a qual as crianças, enquanto sujeitos sociais, constroem suas experiências e contribuem para a transformação de seu entorno. A garantia do desenvolvimento está ligada ao criar condições para que as crianças tenham acesso à saúde, à alimentação, ao lazer, à cultura e ao cuidado, tudo isso ligado à educação, garantindo um crescimento saudável e equilibrado, e reconhecendo que cada criança

Desde cedo, a criança por meio da convivência com outras crianças e adultos, aprende valores como solidariedade, respeito, justiça e cooperação. Fazendo assim a vida em sociedade ser experimentada desde a infância, a partir da escola, enquanto espaço coletivo, exercendo um papel fundamental nesse processo, provando que um dos papéis centrais da infância é possibilitar à criança a construção de bases sólidas para sua formação como cidadão. A Educação Infantil deve favorecer a socialização e o contato com a diversidade cultural, social e econômica, possibilitando que a criança desenvolva empatia e aprenda a lidar com conflitos reconhecendo o outro como sujeito de direitos. vemos assim que a infância é o primeiro espaço de exercício da cidadania, no qual as crianças aprendem a dialogar, compartilhar, respeitar regras e participar de decisões. A formação para a vida em sociedade não se limita ao aprendizado de normas de convivência, mas se trata de uma construção mais ampla, que envolve a valorização das identidades, o respeito às diferenças e o desenvolvimento da capacidade de interagir. Quando a criança vive experiências coletivas na infância, ela se prepara para uma participação social mais consciente no futuro, colaborando para a construção de uma sociedade democrática e mais justa.

### 3.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Conforme exposto acima, em uma sociedade que almeja a valorização do sujeito infantil, problematizar as práticas pedagógicas é fundamental, dada a dimensão que ela aborda no âmbito formativo institucional. A ação pedagógica é uma dimensão do processo educativo no qual precisa ser considerado os seus elementos constitutivos numa associação entre a realidade que a criança está inserida e o contexto

social mais amplo. Portanto, abrange um conjunto de ações articuladas, intencionalmente assumidas pelos docentes pautadas em concepções de infância, de educação e de sociedade.

A organização da prática pedagógica na Educação Infantil deve se basear, conforme estudos de Barbosa e Flores (2020), Horn e Silveira (2021), Oliveira (2023), dentre outros em princípios que reconheçam a criança como ser ativo, capaz de construir conhecimento a partir de suas experiências e interações. Significa que o trabalho pedagógico vai além da transmissão de conteúdos pré-estabelecidos, mas apresentem como exigência um educar que respeite o tempo e modo de aprender das crianças. Nesse sentido, não se pode falar das práticas pedagógicas sem mencionar a importância do brincar como uma atividade fundamental para a infância. O brincar não é apenas algo para ocupar o tempo da criança, mas sim um ofício da criança Friedmann (2023) O brincar leva a criança a resolver conflitos, criar cenários, desenvolver habilidades motoras, criar laços com outras crianças. Ao apresentar o brincar como prática pedagógica, o professor cria um ambiente significativo de aprendizagem no qual a criança vai se constituindo em um sujeito espontâneo e criativo.

Dentro de uma perspectiva educativa que promove a criança como partícipe do processo educativo, “[...] a prática pedagógica desenvolvida nesta etapa de ensino tem o brincar como uma das medições tanto para o desenvolvimento da criança, quanto para o desenvolvimento da prática pedagógica.” (Martins, 2019, p.41). O brincar, além de ser uma linguagem essencial da infância, precisa ser compreendido em diálogo com a dimensão cultural das crianças. Desde muito pequenas, trazem consigo um repertório cultural constituído por saberes, histórias, tradições, valores e crenças presentes na sua família e no meio em que estão inseridas. Ao valorizar essas referências, a instituição reitera o pertencimento da criança nesse espaço permitindo que elas acessem novas formas de perceber e significar o mundo. Ou seja, quando são respeitadas as especificidades da criança e os elementos de sua cultura são caminhos que promovem o protagonismo da criança, o fortalecimento de vínculos e a sua autonomia.

Refletindo historicamente, em um passado não muito distante, estudiosos da área, como por exemplo, Oliveira (2023) e Horn e Silveira (2021), denunciam estabelecimento de práticas normatizadoras e engessadas com foco no disciplinamento e na conduta infantil seguindo modelos rígidos, não levando em consideração o ritmo, as experiências e principalmente os interesses da criança, na contemporaneidade, com o avanço da Sociologia da Infância, esse padrão passou a ser refutado e aos poucos remodelado para uma dinâmica ancorada na autonomia, no protagonismo, na participação, na autoria da criança. Nessa linha de raciocínio as práticas pedagógicas na Educação Infantil estão relacionadas ao um conjunto de ações e atividades intencionalmente organizadas pelos docentes cujo objetivo é criar condições para que a criança aprenda, interaja e se desenvolva integralmente com respaldo em uma concepção de infância, educação e sociedade que promova um processo formativo humanizador (Barbosa e Flores 2020).

Aprofundando nossa reflexão sobre as práticas pedagógicas, vários autores e pesquisadores nos mostram a necessidade de considerar como um elemento constituinte da prática a racionalidade infantil. A respeito desse aspecto, Martins Filho (2024) sugere pensar a prática pedagógica a partir daquilo que as crianças nos indicam, isto é, seus saberes, seus desejos, suas opiniões, seus interesses. Nesse sentido, a educação terá real sentido para a criança, uma vez que considera o conhecimento prévio dela partindo de sua ótica.

Nesse sentido, a depender da forma como as práticas pedagógicas são conduzidas pode se afirmar sentidos antagônicos: propiciar o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia do sujeito infantil mediante o respeito de suas especificidades, do seu ritmo e de sua forma de aprender ou tolher o exercício da infância, a capacidade imaginativa e o senso crítico, caso estejam focadas em práticas conteudistas que visem a escolarização precoce. Frente a essa realidade, a instituição educativa desempenha um papel preponderante na garantia da efetivação de práticas educativas que assegure o direito ao brincar, a exploração, a descoberta do mundo, a imaginação e o desenvolvimento das suas potencialidades.

Cabe aqui mencionar os estudos de Coutinho (2023) que, em sintonia com os postulados da Sociologia da Infância, discorre sobre a criação de um ambiente educativo pensado para e com a criança no qual as experiências culturais, sociais e afetivas sejam constitutivas do processo do conhecimento infantil. Ademais, a autora nos interpela, enquanto professores a repensar as nossas práticas apontando a necessidade do rompimento de modelos tradicionais e escolarizantes por práticas integradas a pleno exercício da cidadania e conduza a criança a usufruir dos seus direitos. Nesse viés, o ambiente educativo adquire o contorno de um espaço de experiências significativas e emancipadoras para o sujeito infantil.

### 3.2 CONTEXTUALIZANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

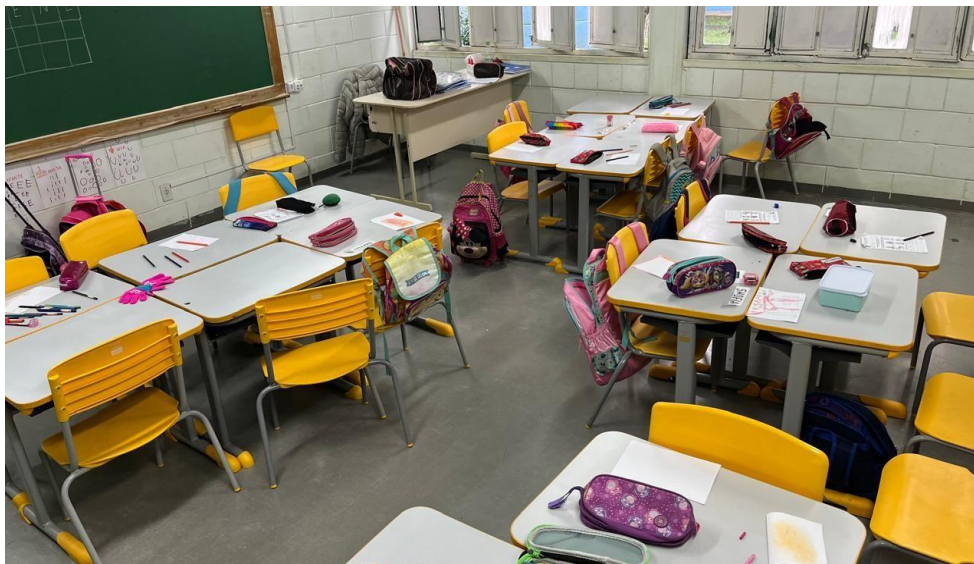
A pesquisa de campo foi realizada em uma Escola Municipal, na cidade de Guarapuava, a qual trabalha com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo que nesse espaço também compreende turmas da Educação Infantil (Infantil IV e V). Com objetivo de analisar como ocorre as práticas pedagógicas com crianças observamos o trabalho realizado em uma turma do infantil V com crianças da faixa etária de cinco anos. Em conjunto com a orientadora, foram definidos aspectos específicos a serem observados, tais como as atividades, rotina, o que a criança de 5 anos faz na escola e a composição da sala (brinquedos, livros, etc).

As observações aconteceram no segundo semestre do ano de 2025. A turma observada era composta por vinte e quatro crianças, tendo uma professora regente e uma corregente. Com relação ao espaço físico, o ambiente é uma única sala que contém dois grandes armários com os materiais das crianças, mesas organizadas em quatro grupos. Contava também com um nicho próximo a porta com

## OLHARES SOBRE A PRÉ-ESCOLA: POR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE RESPEITE O TEMPO E O ESPAÇO DA CRIANÇA

alguns livros de história, a mesa da professora e um quadro. A sala tinha pouca iluminação devido ao formato das janelas, tal como podemos ver na imagem a seguir:

Foto 1: sala de aula



Fonte: registro fotográfico (09/09/2025)

Olhando atentamente para a imagem, consideramos importante destacar com relação à organização espacial, apontamentos referentes à implementação da Lei 12.796 (Brasil, 2013). A referida Lei versa sobre a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para crianças a partir dos 4 anos, sendo que cada município adotou medidas para o cumprimento dessa Lei. Tendo em vista da inexistência de Centro de Educação Infantil para suprir a demanda de crianças, estabeleceu-se que seriam abertas turmas de pré-escolas juntamente com o Ensino Fundamental. Muito embora, tenha sido uma alternativa viável para atender a esse público infantil, a forma como o espaço foi organizado, desfavorece o desenvolvimento infantil no sentido do exercício pleno da infância. Além da falta de espaço para o brincar, notamos que os itens dispostos nas carteiras remetem a realização de atividades escolarizantes. Esses apontamentos permitem identificar que a implementação da Lei ainda carece de discussões e recursos que viabilizem a sua efetiva aplicabilidade, pois as crianças foram direcionadas para as escolas, porém, muitas vezes, sem ter sido pensado nos elementos constitutivos da infância como o movimento, as diversas formas de expressão, afetividade, os quais demandam espaço para o brincar, espaços pedagógicos organizados para estimular o aprendizado, a autonomia, o faz de conta e a criatividade das crianças, disposição de materiais para exploração da criança como livros e brinquedos, dentre outros. Seguindo, denotamos que as crianças eram encaminhadas para suas salas à medida que chegavam, e, sentadas em seu lugar permaneciam aguardando todos os colegas. Às 07h45min a professora iniciava a ‘aula’: a chamada não era feita de forma lúdica, mas sim realizada como no Ensino Fundamental onde a professora fala o

nome e o aluno responde com “presente”. Em seguida, a professora escreveu a data no quadro e lembrou as letras do alfabeto, realizou uma oração e entregou às crianças uma atividade impressa. Nessa foto, além da presença de elementos que remete a escolarização precoce é notável a falta de adequação com o ambiente em geral. A iluminação, em tom taciturno, não convida a criança ao movimento, a criatividade, a imaginação. Ambiente escuro desfavorece o desenvolvimento sensorial, podendo gerar cansaço, desânimo e introspecção.

A imagem nos permite verificar ainda, a composição espacial desorganizada com a presença de elementos como uma vassoura, falta de letras no alfabeto, cartazes em excesso. A respeito disso Kramer e Rocha (2022) afirma que a falta de uma organização pensada especificamente para a Educação Infantil incorre na dificuldade em compreender e se orientar no espaço no qual a criança fica grande parte do seu tempo, prejudica as experiências corporais e sensoriais. Segundo a autora espaço como esse pouco planejado limitam as possibilidades da criança afetando sua capacidade de realizar ações simples como correr, desenhar, socializar, interagir e brincar.

Foto 2: Sala de aula



Fonte: registro fotográfico (10/09/2025)

A imagem a seguir também permite perceber essa ideia de desorganização:

Foto 3: Sala de aula



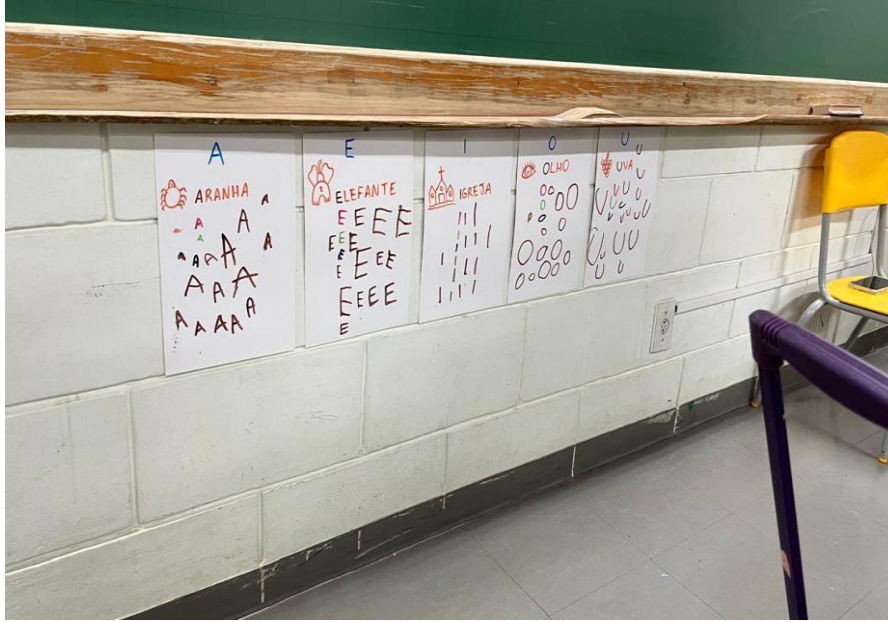
Fonte: registro fotográfico (15/09/2025)

Kishimoto (2021) aponta que na Educação Infantil o espaço é um elemento educativo o qual comunica muitos significados e por esse motivo deve ser organizado de forma funcional, acessível e estético. Quando o ambiente contém diferentes materiais empilhado, como apresenta na imagem garrafas de água, livros, papel higiênico, suporte de álcool, cesto de brinquedos de montar, rolo de papel kraft, dentre outros, pode gerar uma poluição visual que compromete a dimensão cognitiva da criança que pode impactar na autonomia dificultando também a construção da noção de espaço. Ademais, esses objetos misturados tal como aponta a Kishimoto (2021) transparece uma ideia de armazenamento desvalorizando a identidade pedagógica da Educação Infantil.

Seguindo com as observações, nos chamou atenção alguns momentos específicos que foram anotados em diário de campo para compor o corpus analítico desta pesquisa. Uma das situações presenciadas foi o fato das crianças terem uma rotina sobrecarregada. No decorrer da pesquisa em sala constatamos a realização de várias atividades mecanizadas com foco no registro em papel em detrimento do brincar e atividade lúdicas.

Como observa Baggio (2023, p.09), “[...] ainda é possível encontrar um número grande de práticas pedagógicas na Educação Infantil que se voltam às ações mecânicas e de treinamento para o Ensino Fundamental”, o que revela a persistência de um modelo de escolarização precoce, fragilizando o papel da Educação Infantil como espaço de experiências significativas. Essa questão também é perceptível na imagem a seguir na qual podemos ver atividade em folhas A4 com tentativas da escrita das vogais:

Foto 4: Sala de aula



Fonte: registro fotográfico (15/09/2025)

Não obstante, também nos inquietou a postura imposta às crianças: elas dificilmente poderiam levantar das cadeiras pois “*não era hora de brincar, mas sim estudar*”, tal como enfatizou em sua fala a docente. A questão nos pensar o quanto o corpo da criança é submetido a normalização, ao cumprimento de regras descaracterizando a especificidade da infância que é o movimento (entre outros), tornando o corpo infantil um objeto dócil e manipulado (Foucault, 2014). Essa perspectiva disciplinadora também se estendia a outros espaços como o parque e a brinquedoteca, para os quais o acesso era limitado, apenas uma hora por dia no máximo e somente dois dias na semana. A frequência aos espaços externos acontecia quando as crianças estavam comportadas, segundo a fala da professora. Também o brincar em sala era restrito ao tempo de intervalo da professora sendo quinze minutos mediante a oferta de massa de modelar ou peças de lego. Os demais dias que as crianças não saiam para o parque ou a brinquedoteca, elas saiam da sala apenas para lancharem no refeitório o que exprime uma permanência excessiva das crianças na sala.

Martins (2019 p.173) defende que o caráter pedagógico do trabalho educativo com as crianças deve ser realizado:

[...] ao considerar de forma interdependente o cuidar e o educar, ao contemplar em sua proposta pedagógica práticas que possibilitem à criança se apropriar e objetivar a cultura humana, de forma planejada e intencional, em intrínseca relação com suas necessidades de conhecer o mundo por meio da atividade de brincar.

Nesse sentido, o autor nos permite compreender que uma rotina pedagógica amarrotada de atividades acaba minando o tempo que a criança que poderia ser disponibilizado para o brincar. Ademais,

esse apontamento do autor corrobora com as autoras já citadas no texto como Kishimoto (2021) e Kramer (2022) de que a indissociabilidade entre o cuidar, educar e brincar mediante práticas pedagógicas planejadas em um ambiente devidamente organizado promove uma formação integral do sujeito infantil.

#### **4 CONCLUSÃO**

A pesquisa desenvolvida reafirma a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento humano. Contudo, apesar dos avanços legais e teóricos em relação à Educação Infantil, ainda existe um distanciamento entre as orientações normativas e as práticas pedagógicas realizadas. Podemos constatar, através da pesquisa que, muitas práticas pedagógicas, ainda estão presas em modelos tradicionais, reduzindo assim o espaço da infância à preparação para etapas posteriores da escolarização, negligenciando o brincar, a exploração, a imaginação e a participação ativa da criança no processo educativo.

As observações realizadas evidenciam que, em muitas situações, a rotina educativa ainda está distante de uma proposta humanizadora. Isso porque como pudemos verificar o brincar, por exemplo, é soterrado pela falta de tempo e espaço destinada a essa atividade fundamental da infância, aparecendo como uma prática restrita, muitas vezes condicionado ao “bom comportamento” ou reduzido como algo pouco significativo. Esse aspecto fragiliza a infância, uma vez que o brincar não é apenas um momento de lazer, mas a linguagem pela qual, sobretudo, a criança compreende o mundo.

Diante do exposto, apontamos a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas, superando a visão escolarizante focada nos conteúdos, para adotar práticas que valorizem o brincar, a ludicidade, a expressão e a participação infantil. Entende-se que valorizar a cultura infantil é reconhecer que as crianças trazem consigo repertórios de histórias, crenças, tradições e modos de brincar que podem enriquecer o ambiente educativo. Quando esses elementos são incorporados à prática pedagógica, a instituição se torna um espaço de pertencimento, de reconhecimento e de ampliação das possibilidades de aprendizagem.

Com a realização dessa pesquisa, evidencia-se que as práticas pedagógicas são determinantes para que a Educação Infantil cumpra sua função social, garantindo o direito da criança de ser criança por inteiro, assegurando experiências educativas significativas, afinal uma Educação Infantil de qualidade não se restringe à aplicação de conteúdo ou ao cumprimento de currículos, mas se concretiza no encontro sensível entre professor e crianças, no reconhecimento da infância como tempo presente e no respeito às singularidades de cada sujeito.

## REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Michelle Liana Soria Cuesta. **Organização da prática pedagógica na pré- escola: em pauta o SAEB**. 2023. Orientadora: Heloisa Toshie Irie Saito Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Base Nacional Comum Curricular: garantia ou ameaça à consolidação da identidade da Educação Infantil? **Conjectura: Filos. Educ.** Caxias do Sul, RS, 73 - 110, v. 25, Dossiê, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/8630/pdf>. Acesso em 07 de out. de 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para tornar obrigatória a matrícula de crianças de 4 anos na pré-escola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.
- COUTINHO, Ângela Scalabrin. **Acesso e oferta na educação infantil: qualidade e desigualdade em debate**. Curitiba: EDUFSCAR, 2023
- DOMINICO, Eliane et al. Práticas pedagógicas na educação infantil: o currículo como instrumento de governo dos pequenos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 257, p. 137–156, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/QZzg6RgnwK87XcjN35BdyQd/?lang=pt> . Acesso em: 4 jun. 2025.
- Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- Horn, Maria da Graça Souza; Barbosa, Maria Carmem Silveira. **Abrindo as portas da escola infantil: viver e aprender nos espaços externos**. Penso: Porto Alegre, 2021.
- Friedmann, Adriana. **Abrir-se à escuta das vozes infantis**. São Paulo: Phorte Editora, 2023.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O educar como lugares de infância na educação infantil. In: **. Eu ainda sou criança: educação infantil e resistência**. São Carlos: EDUFSCAR, 2021. p. 123-145.
- KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloisa Candal. **Educação infantil: enfoques em diálogo**. Campinas: Papirus, 2022.
- MARTINS FILHO, A. J. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na educação infantil: docência além da A4**. Editora Insular, Florianópolis, 2023

OLHARES SOBRE A PRÉ-ESCOLA: POR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE RESPEITE O TEMPO E O ESPAÇO DA  
CRIANÇA

Oliveira, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **A Educação Infantil e a Pandemia**. São Paulo: Biruta, 2023.